

Sentido-deformação: o discurso de desenvolvimento e a formação social do Brasil

Leandro Vizin Villarino

Universidade de São Paulo

leandro.villarino@usp.br

Introdução

Em Villarino (2015), partimos do arcabouço metodológico delineado por Foucault (2008) para considerar o discurso de desenvolvimento e planejamento econômico no início da década de 1960, no Brasil, tal como registrado por dois planos, a princípio opostos: o *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*, elaborado, em 1962, sob a coordenação de Celso Furtado, para o governo democrático e trabalhista de João Goulart, e o *Programa de Ação Econômica do Governo* (PAEG), capitaneado por Roberto Campos, que, em 1964, estabeleceu os parâmetros iniciais de política econômica de uma ditadura, que, num primeiro momento, reivindicava a condição de economicamente “austera”.

Apesar das infinitas diferenças programáticas e ideológicas que separam esses dois planos, nossa análise permitiu mostrar que ambos

partilham de certo problema comum de formulação discursiva: na medida em que o desenvolvimento “espontâneo” da economia brasileira se mostrava insuficiente, seja estruturalmente, seja pelas condições do mercado, exigindo, portanto, algum tipo de engajamento ou intervenção dos responsáveis pela política econômica, os enunciados centrais dos documentos revelavam-se inconsistentes, ambíguos, contraditórios. De um modo geral, tornava-se impossível determinar, enunciativamente, aquilo que figurava nesses discursos como nível positivo da realidade específica do país e aquilo que representava a dimensão normativa de um modelo de desenvolvimento ideal.

Contrastando nossa análise com aquilo que obtêm Foucault (2008) e Derrida (2006), sugerimos como hipótese que esses problemas sejam uma especificidade do discurso de desenvolvimento no Brasil. Embora fosse possível sintetizar os resultados da análise em uma espécie de sistema de dispersão compatível com a “formação discursiva” foucaultiana (VILLARINO, 2015), limitar-se a essa sistematicidade implicaria desconsiderar as inconsistências internas de cada construção enunciativa em particular. Igualmente, ao se tomar em conta a difusão generalizada dessas inconsistências, nota-se que elas não fazem o papel de fundamento excluído da sistematização, ponto cego do texto tal como Derrida identifica em sua *Gramatologia*.

Sugerimos algumas hipóteses interpretativas para essa discrepância de resultados, sendo que a mais produtiva nos parece ser a de que se trata de uma especificidade local na produção do discurso e, mais especificamente, do discurso de progresso, desenvolvimento e modernização do Brasil. O objetivo deste artigo é desenvolver essa hipótese em sua interface com certa linhagem historiográfica (ARRUDA, 2014) da intelectualidade brasileira, em especial com aquela engajada na interpretação, compreensão e modernização do país. Desbravada

por Antonio Candido, essa linhagem desperta interesse contemporaneamente em autores como Arruda (2004; 2011; 2013; 2015), Ricupero (2004; 2007), Nobre (2012; 2014) e Arantes (1997).

No intuito de articular essa hipótese, o presente artigo vale-se de quatro seções, além desta “Introdução”: uma apresentação sintética dos problemas discursivos identificados e sua significação em face ao pensamento de formação do Brasil e às referências analíticas e metodológicas de Foucault e Derrida; uma revisão sobre o problema historiográfico da ambiguidade e da inconsistência no discurso de modernização do Brasil, em especial, nos chamados “intérpretes de formação”; uma retomada da referida linhagem historiográfica proposta por Candido a partir da *Formação da literatura brasileira*, bem como da interpretação de Arantes; algumas considerações finais sobre como o problema discursivo do desenvolvimento pode ser revisto a partir de sua circunscrição nessa linhagem.

Desenvolvimento e discurso de modernização no Brasil

Villarino (2015) propõe uma abordagem do discurso de desenvolvimento e planejamento econômicos no Brasil da década de 1960, focando o *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social* (1962) e o *Programa de Ação Econômica do Governo* (1964). O referencial teórico-metodológico toma por base a concepção foucaultiana de “positividade do discurso” na *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008), com seus conceitos fundamentais de “formação discursiva” e “função enunciativa” como princípios de análise e sistematização de fontes. Embora, a partir daquela concepção, o trabalho admita certo grau de descritibilidade autônoma das construções de objetos no dis-

curso, considerando-os mais como práticas intradiscursivas que em sua relação com a realidade que pretendem representar, procuramos também complexificar essa constelação foucaultiana: não tomar as construções discursivas de objetos como elementos primários que circunscrevem um determinado domínio do saber, mas como elaborações particulares no interior de sistemas simbólicos amplos, complexos e problemáticos, que transcendem o nível de produção do texto. Equivale dizer: tomar as construções discursivas como fenômenos de cultura no sentido antropológico do termo.

Dentro dessa perspectiva, o resultado mais relevante do trabalho é que, nos planos em questão e em alguns documentos fundamentais da CEPAL, pode-se descrever um *discurso de desenvolvimento* no sentido de “formação discursiva” em Foucault, escandido pela categoria fundamental da “perspectiva do desenvolvimento”. Tal perspectiva, construída a partir dos trabalhos cepalinos, parte do diagnóstico de que o desenvolvimento autônomo, espontâneo, da economia dos países subdesenvolvidos da América Latina não coincide com seu desenvolvimento ideal.

A perspectiva do desenvolvimento distingue, por exemplo, o discurso “desenvolvimentista” do discurso dito “neoliberal”, no qual se verifica essa coincidência entre progresso espontâneo e ideal. Também projeta um espaço ostensivo de atuação do setor público na economia, que se realiza de maneira diferente conforme se atribua a insuficiência do desenvolvimento espontâneo ao setor externo (caso do “sistema centro-periferia” da CEPAL e, de modo problemático, do diagnóstico do *Trienal* para os problemas econômicos brasileiros) ou ao setor interno (a debilidade estrutural do setor privado em Roberto Campos e seu PAEG). A partir desse diferente diagnóstico, a perspectiva do desenvolvimento organiza um sistema de dispersão (uma

“formação discursiva”) no qual os enunciados se opõem ponto a ponto para problemas específicos, como natureza do processo de desenvolvimento, escopo do planejamento governamental da economia, estratégia de planejamento e nível de intervenção técnica da autoridade planejadora.

No entanto, a análise propriamente empírica dos documentos mostrou que a descrição desse sistema cobre apenas uma dimensão positiva do discurso de desenvolvimento; no interior de cada vertente, e mesmo de cada documento, os objetos construídos com base na perspectiva do desenvolvimento se realizam sempre de maneira problemática, sendo os casos mais claros: (1) nos textos da CEPAL, a identificação de uma causa global para o subdesenvolvimento, o “sistema centro-periferia”, e a proposição de um espaço de intervenção limitado ao Estado-nacional (ou, mais radicalmente, o fato de que o desenvolvimento dos países periféricos exige a eliminação ou transformação radical do sistema global que, nos termos cepalinos, possibilita o estatuto de desenvolvimento dos países desenvolvidos); (2) no *Trienal*, a aposta constante no vigor do mercado interno como fator dinâmico e autônomo do desenvolvimento brasileiro, mas sempre assombrada por um setor externo que se manifesta como condição e obstáculo a cada passo; (3) no PAEG, a necessidade de fazer a economia brasileira funcionar conforme a livre-iniciativa e as “regras naturais” de mercado, contraposta ao fervor legiferante de criar dispositivos institucionais capazes de simular o que seria o mercado “espontâneo” e produzir o “livre” empreendimento nos setores em que este inexistente ou é insuficiente.

Em suma: longe de produzir, como nas melhores análises foucaultianas (FOUCAULT, 2007), um sistema de posições estáveis divergentes, o discurso de desenvolvimento no Brasil parece se organizar

a partir de enunciados inerentemente problemáticos. Em outros termos: o desenvolvimento não é o fundamento, explícito ou pressuposto, que serve de solo seguro para organizar as polêmicas possíveis no debate econômico, mas um problema em si, uma espécie de desejo que se enuncia em cada instância particular, confundindo realidade e modelo, comprometendo sua construção discursiva.

Nas considerações finais de Villarino (2015), sugerimos uma série de hipóteses para explicar esses resultados divergentes entre os trabalhos de Foucault e o nosso, sendo a principal delas a de que o problema de formulação discursiva é uma peculiaridade dos documentos em questão, eventualmente extensível ao discurso de modernização do Brasil. Com efeito, a *singularidade brasileira*, enquanto lugar onde as interpretações, as práticas e as ideologias hegemônicas nos países centrais não vigoram completamente, senão sob distorções – essa singularidade perpassa desde o senso comum até nossa mais alta produção intelectual. Seja afirmativamente, como no aforismático “o Brasil não é para principiantes”, seja com distanciamento, como na “teoria da jabuticaba” com que o anedotário econômico ortodoxo procura ironizar as alegadas particularidades da economia brasileira – parece que gostamos de enfatizar nossa excepcionalidade social e cultural.

Em registro completamente diferente, uma série de pensadores fundamentais para a autocompreensão do país procurará enfatizar nossa nacionalidade, nossa “formação”, justamente a partir dos aspectos específicos de nossa história e da nossa sociedade, que nos distinguiriam radicalmente das nações desenvolvidas e tornariam diferentes as condições para nosso progresso. Nos três pilares da interpretação do Brasil, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, resplandece um certo “sentido” de singularidade da sociedade brasileira, seja na sua extroversão econômica (PRADO JR., 2007),

seja nas práticas de socialização e subjetivação (HOLANDA, 1995), seja, enfim, nos intercâmbios culturais que se processaram na colônia (FREYRE, 2006). Todos esses aspectos se determinam em relação problemática com os modelos dos países desenvolvidos, desde o contraste de Prado Jr. com a colonização americana, passando pela polidez japonesa que serve de contraexemplo à cordialidade brasileira em Holanda, até a segregação de raças nos Estados Unidos, a partir da qual Freyre valoriza as trocas culturais que vê na base de nossa formação. Trata-se, portanto, de um “sentido” que se manifesta na precariedade de determinações, apreensível quando comparamos nossos atributos econômicos, sociais e culturais aos dos países desenvolvidos. “Sentido” que perfaz, enfim, uma singularidade brasileira marcada essencialmente pela *inconsistência relativa*, que, não obstante, deveria ser admitida e afirmada como tal.

Por outro lado, saltando algumas décadas até o que Nobre (2012) chama de “momento de ‘autocrítica’ [...] ‘reflexivo’ ” do paradigma de formação que se origina nesses autores, podemos observar que a aposta na singularidade aparece de maneira ainda mais acentuada na década de 1970. Schwarz (2000), em tom crítico, mas cômico, enfatizará como os princípios liberais, que orientam ideologicamente a elite brasileira no Império, aqui se curvariam às condições pré-capitalistas da sociedade, assumindo sentido diverso, senão oposto na produção de uma ideologia de igualdade. Fernandes (1976), agora em registro trágico, sugere que o “modelo democrático-burguês” dos países capitalistas desenvolvidos, conjugando hegemonia burguesa, desenvolvimento econômico e democracia, não é a forma necessária do capitalismo e, mais ainda, não seria sequer viável nas condições brasileiras pela articulação entre burguesia industrial nacional e interesses do capital internacional imperialista. Nesse sentido, lança mão do “modelo

autocrático-burguês”, pelo qual procura explicar tanto o fracasso dos setores progressistas após 1964 como a longa duração de nossa ditadura militar, que, quando da publicação do livro, já ultrapassava uma década. Seja como inadequação cômica, seja como impossibilidade trágica, ainda nesse momento de autocrítica da formação, a singularidade brasileira emerge como obstáculo e transfiguração de modelos europeus no país.

Como o problema do discurso de desenvolvimento se enquadra nessa constelação? Filho mais novo e tecnocrático de toda uma família problemática de discursos de construção e modernização no país desde a Independência, da qual trataremos adiante, o desenvolvimentismo econômico nas décadas de 1930 a 1960 encarna também o otimismo de um período em que “a crença nas possibilidades infinitas de modernização cultural era homóloga à convicção da modernização econômica, política e social da nação e que tinha na industrialização e na urbanização aceleradas o polo dinâmico” (ARRUDA, 2010, p. 12). O que procuramos mostrar em Villarino (2015), assumindo certo empirismo foucaultiano que deliberadamente deixa de lado determinantes externos ao texto, é que o problema, neste caso, não é de adequação ou viabilidade de um modelo externo à realidade brasileira, mas se dá na própria formulação discursiva, ela mesma, pelo contrário, bastante comprometida com tal realidade.

Quando afirmamos que o desenvolvimento é um problema discursivo, queremos dizer que, antes de ser um problema pragmático, relacionado a certas condições e iniciativas concretas de ordem econômica, política e social, ele é um problema de formulação de enunciados, um termo que não encontra espaço simbólico claro, determinação estável. Uma comparação internacional, que parece ser a praxe nesse campo, ajuda a compreender a questão.

Uma contribuição teórica decisiva do estruturalismo e seus desdobramentos, em especial a linha que vai de Saussure e Lévi-Strauss a Lacan, é a de que os sistemas simbólicos que organizam nossas relações sociais e materiais formam-se ao redor de certos significantes que não têm um significado preciso, não são propriamente determinados. Nesse sentido, a identificação do problema do desenvolvimento parece não ser mais que a verificação, nos respectivos documentos, de uma condição alegadamente geral da linguagem. Poderíamos lembrar, no entanto, um trabalho que, em termos de método, avizinha-se do nosso, o estudo de Derrida a respeito da noção de “suplemento” na teoria da escritura de Rousseau.

Tomando a fala como manifestação fundamental da linguagem, o filósofo iluminista concebe a escrita como um “suplemento”, um substituto que tolhe a presença do falante apresentando um resultado incompleto, imperfeito. No entanto, o sentido de “suplemento”, fundamental para compreender a especificidade da escrita, é fluido e problemático ao longo do texto: “aqui como adição, lá como substituto, ora como positividade e exterioridade do mal, ora como feliz auxiliar”. E conclui Derrida: “o conceito de suplemento é uma espécie de mancha cega no texto de Rousseau, o não-visto que abre e limita a visibilidade”, pois é o ponto de vista que, ao ser excluído do cognoscível, determina a extensão e a estabilidade do próprio campo passível de conhecimento (DERRIDA, 2006, p. 200). Em suma: a diferença entre escritura e fala no pensamento de Rousseau se organiza de acordo com o que Derrida chamaria de “categorias da metafísica” (identidade, coerência etc.); mas essa organização se estabelece em relação a um “ponto cego”, um conceito indeterminado, que resiste a tais categorias (BRADLEY, 2008, p. 116).

Isso não se verifica ao submetermos o enunciado de desenvolvi-

mento a um escrutínio semelhante. O desenvolvimento não é o termo que, suspendendo-se sua determinação, permite estruturar conceitos claros e estáveis; ele não abre e limita uma visibilidade nítida com sua perspectiva. Pelo contrário, ele é o que se procura apreender e identificar a cada passo, a cada determinação particular, e, na medida em que esse esforço fracassa, compromete também cada uma dessas determinações. Assim, se as inconsistências e inviabilidades ideológicas encontradas por Schwarz (2000) e Fernandes (1976) estão umbilicalmente vinculadas à especificidade social e econômica, digamos, material, da realidade brasileira, não é o que vemos aqui. O termo de contraste elementar a partir do qual se define a especificidade problemática destes documentos remete às condições discursivas de produção de enunciados.

Se é condição humana organizar seus sistemas simbólicos a partir de pontos cegos, que não se podem explicitar se não como problemas e distorções, a lógica dessa organização é diferente no caso estudado por Derrida (2006) e no nosso. Lá, o conceito de “suplemento” é pressuposto, abrindo espaço para uma teoria bem estabelecida da escritura, ainda que se manifeste eventualmente em pontos problemáticos. Aqui, o desenvolvimento é menos um pressuposto do que um fundo falso, um lugar vazio, e suas determinações particulares são tentativas fracassadas de preenchê-lo. Nesse sentido, desenvolvimento se manifesta discursivamente sob um modo que poderia ser caracterizado, com bastante precisão, enquanto um desejo no sentido psicanalítico, mas isso fugiria em muito aos propósitos deste artigo. Exploraremos esse aspecto em outro sentido, no de que o problema do desenvolvimento assim caracterizado se subscreve na tradição da intelectualidade brasileira engajada por meio de um “desejo”, uma “obsessão nacional” com a compreensão e a modernização do país,

tal como sugerido por Candido (2000) e Arantes (1997).

Ambiguidade e inconsistência no discurso de modernização

Antes de atacarmos tal questão, porém, cabe precisar melhor o problema da ambiguidade e consistência dos ditos “intérpretes de formação” no debate contemporâneo, bem como seu lugar em um panorama mais amplo da intelectualidade brasileira nacionalmente engajada.

A leitura renovadora de Araújo (1994) sobre Freyre, por exemplo, pauta-se por reconhecer a força e atualidade de *Casa-grande e senzala* a partir de um complexo “equilíbrio de antagonismos” que a crítica de Souza (2000) também reconhece, embora invertendo seu sentido como uma espécie de déficit de conceitualização. Schwarcz (2010) igualmente proporá uma leitura de *Novo mundo nos trópicos* a partir da indeterminação das noções de público e privado que marca a interpretação freyreana do país.

Monteiro (1996), por sua vez, identificará certa ambiguidade no conceito de cordialidade em *Raízes do Brasil*, que se apresenta ao mesmo tempo como obstáculo e condição para a democratização do país, perfazendo o “momento-chave” de um livro estruturado sobre uma espécie de “metodologia dos contrários”, onde a tipificação ideal weberiana se conjuga com a conceituação hegeliana. Embora não atribua essas formulações a uma ambiguidade, mas à própria natureza ensaística do livro, Wegner (2006) compreenderá tal “metodologia” como uma posição limítrofe entre Sociologia e História, segundo a qual os tipos ideais se diluem constantemente em uma dinâmica processual. Nesse sentido, propõe uma solução para o impasse da modernização em Sérgio Buarque, sugerindo que se dá em um descompasso

entre as formas sociais, institucionais e econômicas em transformação e a permanência de um “substrato cultural” que não lhes garanta o funcionamento adequado.

Por fim, Caio Prado Jr. é aquele em que o tema da inconsistência ou da ambiguidade aparece com menor frequência na bibliografia, embora se manifeste principalmente na ambivalência do processo de industrialização que se intensifica no país a partir de 1930. Rêgo (1998) fala em uma tensão entre o estigma mercantil legado pelo processo colonial, perpetuando-se em todos os aspectos da sociedade brasileira, e o contrafactual de outra formação possível, sob o comando de outros agentes, ou o potencial de uma modernização futura. Ricupero (2012) mostra como a compreensão do sistema colonial como “um todo quase indiferenciado”, embora potencialize em Prado Jr. a compreensão da permanência e dos anacronismos, compromete sua avaliação das transformações profundas empreendidas pelo processo de industrialização. Além desse aspecto, Ricupero (1998) sugere, embora não aponte diretamente, uma inconsistência na própria noção caiopradiana de totalidade: é um fato e princípio estruturador da Colônia e, ao mesmo tempo, um objetivo da Nação, uma totalidade ainda a ser constituída e afirmada.

Com isso, acreditamos ser possível sugerir que há, no debate contemporâneo, uma tendência de tematizar, nos “intérpretes”, as noções de especificidade, de formação e de modernização do Brasil a partir da já referida inconsistência relativa, seja na própria interpretação do país, seja na forma ensaística mesma. Ademais, Caio Prado Jr., entre esses autores justamente o que levou seu projeto interpretativo a um horizonte mais pragmático em termos de políticas públicas, parece manifestar um fenômeno formalmente semelhante ao que identificamos sobre o desenvolvimento, a dificuldade de operar, no conceito de

totalidade, a distinção entre diagnóstico concreto e modelo ideal ou contrafactual, reforçando uma possível continuidade entre essas tradições.

Esses autores, por sua vez, participam de um movimento maior de descoberta e transformação nacional, que se consolida “ao longo dos anos 30” como um “projeto de modernização do país que se convencionou chamar ‘nacional-desenvolvimentismo’”, englobando diversas manifestações intelectuais, da literatura e das artes aos estudos sociais, segundo as quais a modernização passava pelo “combate às diferentes formas de ‘arcaísmo’ e [...] a criação das condições para a emergência da nação em sentido autêntico” (NOBRE, 2012, p. 103). Caracterizada no contexto do pensamento brasileiro como “sua vertente mais frutífera e duradoura, abreviada sob a rubrica ‘paradigma de formação’”, essa tradição teria “por forma o ensaio, por horizonte normativo a formação da nação e por objeto privilegiado o conservadorismo como marca característica e duradoura da sociabilidade no país” (NOBRE, 2014, p. 103-4).

A linhagem que culmina nos “intérpretes”, porém, pode ser rastreada até o próprio processo de consolidação da nação brasileira pós-Independência. Ricupero (2004) considera a “nação segundo o romantismo brasileiro”, entre 1830 e 1870, enfatizando quatro dimensões: a literatura e a crítica literária; a produção de estudos históricos; o indigenismo; e a crise do Império. Em geral, o autor propõe a passagem de um nacionalismo de afirmação, entre os primeiros românticos, num contexto em que a autonomia política brasileira ainda não se encontrava plenamente reconhecida e estabelecida, para um nacionalismo preocupado em pensar e compreender um país já consolidado. Ricupero mostra como esse romantismo integrava-se em uma corrente maior da intelectualidade brasileira de então, “a nação, projeto po-

lítico deliberado estabelecido sob a égide da casa de Bragança, que unifica e explica os outros momentos – literário, historiográfico, etc. – da busca romântica”. Com efeito: “a elite intelectual do Segundo Reinado, impregnada das ideias românticas, considera que para existir nação é preciso que haja literatura e historiografia brasileiras” (RICUPERO, 2004, p. 86).

Mais especificamente, o autor compreende o romantismo latino-americano face ao modelo europeu. Na Europa, as correntes românticas encerram certa ambiguidade enquanto “uma reação contra o capitalismo” que é, ao mesmo tempo, “expressão do novo mundo que surge com a ascensão da burguesia [...] impensável em condições não burguesas”. Diferente desse espírito crítico e algo paradoxal, Ricupero identifica, na Argentina e no Brasil, “um romantismo de meios, que proclama, como o europeu, a especificidade de suas sociedades nacionais, mas que pretende, ao fim do caminho, encontrar a civilização europeia”. Ou ainda,

[...] se o romantismo europeu desconfia da civilização e protesta contra o capitalismo, o romantismo no Brasil e na Argentina opõe-se, de maneira geral, à “barbárie” e tem simpatia pelo capitalismo, ou, ao menos, pelas oportunidades que ele parece oferecer. (RICUPERO, 2007, p. 267).

Registra-se, portanto, desde os primórdios da intelectualidade no Brasil, a tensão entre pensamento nacional e modelo europeu aclimatado.

Arruda compreenderá a conjugação entre modernismo estético e interpretação social do país sob diversos aspectos, como o “entrecruzamento entre o romance empenhado dos anos de 1930 e os ensaios de interpretação, revelando o substrato comum que permeia todas essas expressões”, uma linguagem partilhada, “mais consentânea com as

agudas realidades locais”, que permite resolver a discrepância entre conteúdo e forma característica do pensamento bacharelístico brasileiro pré-1922. Nessa narrativa, os ditos intérpretes dos anos 1930 têm papel fundamental. Nesses autores,

[...] com a chegada da linguagem modernista ao ensaio, sincronizou-se o problema da reflexão – a crise da sociedade e a viabilidade da inserção do país no cenário da modernidade, cuja formação histórica escapava ao padrão – com a forma da expressão, ao se romper com a norma culta portuguesa. (ARRUDA, 2011, p. 198-202).

Processo que reverberaria ainda na intelectualidade paulistana da década de 1950, ao marcar “a perspectiva de uma nova configuração do modernismo [...] espelhada na ressemantização das linguagens e interligada ao movimento exterior”, a partir de uma “ruptura profunda” que buscava “construir novas identidades, fato revelador de uma dinâmica desenraizadora” (ARRUDA, 2015, p. 35-6).

A guinada de linguagem do modernismo estético, portanto, e sua apropriação pelo pensamento social a partir dos ensaios de 1930, abriam espaço para uma compreensão do Brasil que não se estabelecesse apenas sob o signo de um déficit civilizacional em relação ao modelo externo, mas na afirmação de nossa singularidade: “deixamos a condição de sociedade faltosa, incompleta, carente de atributos civilizados, como aparecia em muitos dos predecessores, para a afirmação de nossas qualidades nem sempre positivamente valoradas” (ARRUDA, 2013, p. 171).

Em suma, se admitirmos a sugestão de Nobre (2014) quanto a um momento de afirmação e outro de reflexão desse paradigma interpretativo central a respeito do Brasil, teremos, de modo geral, um período de afirmação da realidade brasileira compreendida a partir da tensão, não necessariamente dualista, entre ímpetos modernizadores

e elementos tradicionais de um patriarcalismo de herança ibérica e colonial; e um período de reconsideração desses polos, que tende a compreender a tensão com base em uma certa perversão dos parâmetros mesmos de apropriação dos elementos modernizadores do país. O primeiro momento cabe aos livros clássicos da década de 1930, ao passo que o segundo abrange os trabalhos críticos centrados em Fernandes (1976) e Schwarz (2000), além de Oliveira (2003), que procuram revisar aquela tensão a partir de referenciais materialistas, geopolíticos ou sociais a impor um descompasso entre formulações ideológicas e realidade brasileiras.

Aquém de qualquer consideração sobre esses referenciais, o que nosso trabalho propõe é que essa tensão pode ser apreendida enquanto problemas enunciativos circunscritos à própria esfera discursiva, sem a necessidade de se estabelecer um parâmetro de realidade em relação ao qual o discurso de desenvolvimento e planejamento em questão se apresente em descompasso. Daí a necessidade de compreender esse discurso à luz de uma perspectiva historiográfica mais ampla, que continuaremos a desenvolver na seção seguinte.

Antonio Candido: da interpretação dos “intérpretes” à interpretação do Brasil

Quando procuramos distinguir uma tradição de pensamento social brasileiro, pautada pelo ímpeto de modernização nacional, pela relação problemática com os modelos externos e por uma viragem significativa que se teria dado entre o modernismo de 22 e os ensaios de interpretação de 1930, estamos no interior de um veio historiográfico aberto por Antonio Candido. Com efeito, é de sua célebre *Formação da literatura brasileira* a disposição de estudar o empenho na-

cionalista dos românticos em seu projeto de criar uma literatura no país como “elemento positivo na construção nacional”; a “consciência, ou a intenção, de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura” (CANDIDO, 2000, p. 18), traço distintivo da literatura brasileira em sua “síntese de tendências universalistas e particularistas” (CANDIDO, 2000, p. 23-5), ou seja, de movimentos com ênfase alternada na afirmação nacional ou no influxo europeu.

Passada a consolidação do processo de formação literária que, no âmbito do século XIX, Candido identifica na figura de Machado de Assis, o modernismo constitui novo momento em que se coloca a questão entre, por um lado, descoberta e interpretação nacional e, por outro, modelos estrangeiros. Aqui seguimos ainda a narrativa de Candido: o primeiro modernismo da Semana de 1922 “inaugura um novo momento na dialética do universal e do particular, inscrevendo-se neste com força e até arrogância, por meio de armas tomadas a princípio ao arsenal daquele” (CANDIDO, 2006b, p. 126). Ainda segundo o crítico, a década de 1930 e a segunda fase do modernismo literário desenvolvem e consolidam uma série de elementos gestados no decênio anterior, do ensino à indústria cultural, das artes e literatura aos estudos brasileiros, impulsionando “a ‘normalização’ e a ‘generalização’ dos fermentos renovadores, que nos anos 20 tinham assumido caráter excepcional” (CANDIDO, 1989, p. 185). Particularmente na autocompreensão do país, os anos 1930 marcam o surgimento dos três livros fundamentais de “formação”, que “parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930” (CANDIDO, 1995, p. 9), provocando uma ruptura no pensamento brasileiro que eclipsou a produção anterior.

Arantes (1997) propõe uma interpretação sintética para essa linha-

gem historiográfica dispersamente sugerida na obra de Candido. O filósofo parte de um problema específico da *Formação da literatura brasileira* quando situada entre seus congêneres de “formação”: trata-se do único ensaio em que o processo formativo efetivamente se conclui, tendo sido o Brasil do século XIX capaz de constituir um sistema literário, acumular uma tradição progressiva e produzir um autor de alto calibre como Machado de Assis. A dificuldade, para Arantes, é como compreender a formação decisiva da literatura moderna num contexto em que suas condições sociais e materiais (a política, as instituições, as relações de classe, a economia etc.) encontravam-se muito distantes da modernidade, como atestavam os próprios “intérpretes”.

Problema mais normativo do que descritivo, vez que, como sugere Waizbort (2002), o processo de autonomização da forma literária é justamente o problema da *Formação*. Porém, com interessantes consequências. Primeiro, Arantes aponta como os clássicos de formação¹ participam de uma “verdadeira obsessão nacional” que se concretiza “na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registrem tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las”. Nesse sentido, os intérpretes clássicos teriam “sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução” (ARANTES, 1997, p. 11-2). De modo consistente com o que apreendemos da breve narrativa resenhada acima, o filósofo identifica nesses clássicos o, por assim dizer, “desejo” de formalizar nosso passado histórico de modo a descobrir, por entre os escombros de descontinuidades e malformações, as linhas gerais que especificam a sociedade brasileira e estabelecem as condições de sua modernização.

Em Candido (2000), por sua vez, o problema se afigura de modo

um tanto diferente: Arantes percebe nas hesitações confessas do crítico, que estiveram na origem da *Formação da literatura brasileira*, a dificuldade de lidar com o objeto literário de um modo que “satisfizesse inteiramente os requisitos de uma visão histórica e os requisitos de uma visão estética”, ou seja, que contemplasse a crítica minuciosa das obras em sua dimensão propriamente histórica, sem segregar essas duas instâncias. A solução é muito bem sintetizada na definição do próprio conceito da *Formação* como uma “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura” (CANDIDO, 2000, p. 25). Segundo Arantes, Antonio Candido, “pondo em evidência elementos da assim chamada formação, que alimentavam as escolhas estéticas dos escritores, acabava desentranhando do fato bruto, a que se resumia a referida formação nacional, o fio condutor de uma outra linha interpretativa”, ou seja, a constituição de “um sistema cultural que na sua trajetória ia aos poucos convertendo surtos desgarrados em vida literária efetiva”. Com essa “*apropriação original pelo raciocínio literário da ideia de formação*”, o crítico “dava enfim forma metódica ao conteúdo básico da experiência intelectual brasileira” (ARANTES, 1997, p. 20-2, grifos do autor).

Colocando de maneira mais direta, a “obsessão nacional” pela formação é elevada, em Candido, a princípio de formalização do processo histórico e princípio de crítica literária, no sentido de satisfazer aqueles requisitos de integrar história e estética. Se a trajetória de nossos processos sociais não revela mais que inconsistências e descontinuidades, Candido opta não por tematizar a história dos sucessivos abortos da civilização brasileira (e em especial de uma maturidade estética da literatura brasileira ao longo do século XIX), mas por considerar o “desejo” permanente de superá-los, enquanto linha de evolução histórica e enquanto critério de análise formal. É nesse sentido

que Arantes fala em uma “equação geral do *problema da formação*”: “cuidando *apenas* de literatura”, ou seja, identificando o “desejo” social e histórico de formação nos meandros da construção literária, Candido teria desvendado o princípio de estruturação de nossa experiência intelectual, compreendendo-a como “um processo intelectual formativo de múltiplas dimensões (do teatro ao cinema, passando pela teoria social – para dar uma ideia de sua abrangência)” (ARANTES, 1997, p. 22, grifos do autor). Candido não apenas toma o “desejo de ter uma literatura” como critério de análise estética, mas “desvenda” uma linhagem intelectual persistente, que se organiza, sob diversas formas, ao redor do comprometimento, do “desejo”, da “obsessão nacional” pelo progresso e pela modernização do país sob diversos aspectos (literário, social, econômico).

Se isso é verdade, podemos falar em uma espécie de “revolução copernicana” promovida por Candido no interior da tradição dos intérpretes de formação, na medida em que o crítico deslocou o problema do processo histórico e social de formação efetiva do país para a tematização do “desejo de formação” que estrutura a produção de parte importante de nossa intelectualidade. Com efeito, não se pode dizer que a *Formação da literatura brasileira* seja “interpretação do Brasil”, no sentido que se atribui aos clássicos de 1930. Isso o enfatiza o próprio crítico quando contrapõe “a abordagem da realidade social diretamente registrada na documentação”, característica das ciências sociais, à crítica literária, que trata, na literatura, de “uma transfiguração da realidade, de maneira que não pode servir de base para as interpretações” do país (CANDIDO, 2011, p. 162). A *Formação* não se encontra, portanto, na mesma dimensão dos trabalhos de Freyre, Holanda e Prado Jr., mas identifica, a partir da literatura, um padrão de “transfiguração da realidade”, de formalização, que se revela fun-

damental para delinear uma linhagem do pensamento brasileiro a desembocar nesses clássicos e em seus desdobramentos das décadas de 1950 e 1970, entre eles, acreditamos, o discurso de desenvolvimento que tomamos como ponto de partida.

Antes de retomarmos esse ponto, porém, cabe apontar, tal como desenvolvido em Villarino (2016), que, se a *Formação* não deve ser considerada um trabalho de “interpretação do Brasil”, outra peça-chave da produção de Candido talvez mereça esse estatuto: a *Dialética da Malandragem*. Procurando mostrar como *As memórias de um sargento de milícias*, em sua construção formal, é representativa de aspectos fundamentais da sociedade joanina, o crítico acaba dizendo muito mais. Para Candido, as *Memórias* são um “romance profundamente social, pois, não por ser documentário, mas [...] porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária” (CANDIDO, 1970, p. 82). Nesse sentido, Ramassote encontrará em Freyre e Oliveira Vianna o “referente histórico-social” sobre o qual se fundamenta a noção de “sociedade” no ensaio (RAMASSOTE, 2008, p. 221). Posteriormente, incorporará a tal referente a história social da família de Candido no sudeste de Minas Gerais, sua “preocupação com os efeitos disruptivos do processo de modernização” e sua trajetória acadêmica, com o “cruzamento fecundo entre as duas frentes de estudo”, a literária e a sociológica (RAMASSOTE, 2013, p. 266).

Para além desse rastreio indispensável de parâmetros intelectuais e biográficos, há um aspecto importante de *Dialética da malandragem* que transcende tais influências e determinações. De modo condizente com a característica avareza de explanações teóricas de seus trabalhos, Candido reluta em apresentar sua noção de “sociedade joanina”, seja referindo-se por termos vagos e algo metafísicos², seja relutando em

apresentar as referências bibliográficas que informam sua compreensão do Brasil joanino, exceto por menções anedóticas de viajantes estrangeiros da época (ver notas 9 e 10; CANDIDO, 1970, p. 89). Tudo fica ainda mais confuso quando atentamos para que o texto se refere ambigualmente a esses traços “essenciais”, ora circunscrevendo-os ao período regencial, ora generalizando-os como um padrão de longo prazo da sociedade brasileira.

Há, no entanto, uma exceção a esse aparente déficit conceitual: ao contrapor as *Memórias* com o romance americano *A letra escarlate*, Candido apresenta uma concepção geral de sociedade como caracterizada pelo compartilhamento de “pares antitéticos” que organizam a vida social, determinando o que é “lícito ou ilícito, verdadeiro ou falso, moral ou imoral, justo ou injusto, esquerda ou direita política e assim por diante” (CANDIDO, 1970, p. 84). Essa organização seria rígida e subjetivamente experimentada no romance de Hawthorne (e, portanto, na sociedade colonial puritana dos EUA, que ele representa), ao passo que, nas *Memórias* (e no Brasil joanino), assumiria um caráter fluido e não se imporia à experiência íntima do sujeito, senão por meio de autoridade externa.

Ao identificar “o que há de sociologicamente essencial” a partir dos “meandros da construção literária”, Candido parece atingir um ponto de chegada de seu projeto crítico, suspendendo a dicotomia entre análise internalista e externalista: “o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (CANDIDO, 2006a, p. 13-4). Nesse sentido, a falta de referências explícitas a respeito da base social subjacente não é necessariamente deficiência de conceitualização, mas a noção, entremeada na análise, de que a abordagem crítica da obra literária é ela

mesma um caminho para o conhecimento social.

O personagem de tipo malandro, em sua relação lúdica, mais do que interessada, com a transgressão das normas, e a estrutura do enredo, que dissolve as cadeias causais em eventos sem consequências duradouras, perfazem os dois pilares da análise formal na *Dialética da malandragem*. Tal análise, por sua vez, mediante o cotejo com o contraexemplo do romance americano, fundamenta a compreensão de uma especificidade social brasileira, concretizada no referencial social do romance, a classe média de homens livres no Brasil joanino, mas generalizada como traço duradouro de formação do país, inclusive abrindo nosso futuro para a “inserção num mundo eventualmente aberto” (CANDIDO, 1970, p. 88).

Essa especificidade é justamente a falta de rigidez dos “pares antitéticos” que fundamentam a organização tanto das relações sociais como da construção formal das *Memórias*. Enfim, por um lado, a *Formação da literatura brasileira* e a historiografia dispersa de Candido sobre a autocompreensão literária e sociológica do país procuram identificar uma linhagem intelectual organizada a partir de uma “obsessão nacional”, um “desejo” de construir, compreender e modernizar o país, animado por uma relação tensa com modelos externos. Por outro lado, a *Dialética da malandragem* parece sugerir como esses princípios de organização, mais do que delimitar uma tradição intelectual, revelam aspectos fundamentais da sociedade brasileira, prestando-se, portanto, a princípios de “interpretação” nacional.

Além do princípio de formação

Encerramos a seção *Desenvolvimento e discurso de modernização no Brasil* sugerindo que o problema discursivo do desenvolvimento

poderia ser compreendido como um problema de determinação no interior de um sistema simbólico que nem tem lugar numa “formação discursiva” em sentido foucaultiano, nem se articula do mesmo modo que o problema do “suplemento” tal como delineado na leitura derridiana de Rousseau. Argumentamos, em seguida, que o discurso de desenvolvimento pode ser visto como parte de todo um conjunto de discursos de modernização do país, cujo estatuto problemático tem animado o debate contemporâneo sobre sociologia da intelectualidade. Na seção *Antonio Candido: da interpretação dos “intérpretes” à interpretação do Brasil*, recorreremos aos trabalhos de Candido e Arantes para mostrar como esse conjunto de discursos pode ser compreendido como uma linhagem mais longa, que remonta à Independência e se estrutura ao redor de um “desejo” ou “obsessão nacional” de construção, compreensão e modernização do país. Por fim, procuramos apontar como a maturidade da produção crítica de Candido, concretizada na *Dialética da malandragem*, desenvolve um trabalho interpretativo da sociedade brasileira que apresenta a fluidez e precariedade de valores como elementos fundamentais de organização social e estética.

Tal compreensão de *Dialética da malandragem* permite, em primeiro lugar, pensar de modo muito mais radical a relação entre literatura e sociedade na obra de Candido, não como uma espécie de *mimese* entre processo social e fenômenos estéticos (como em SCHWARZ, 1987), mas como certa solidariedade de princípios de organização tanto das relações sociais como da forma literária. Com essa leitura, é possível ainda situar Candido em uma posição peculiar no momento de autocrítica do paradigma de formação que Nobre identifica em autores como Schwarz, Fernandes e Oliveira: nestes, tratava-se de reconsiderar a relação entre modernidade e tradição na “interpretação do Brasil”, mostrando que, para além de seus elementos produtivos,

havia certa perversão inerentemente conservadora dos valores, instituições e relações sociais modernas, condicionada pelo descompasso entre a ideologia modernizante de matriz europeia e o peculiar desenvolvimento capitalista do país.

Como uma espécie de interface entre o ímpeto valorativo dos “intérpretes de 1930” e o pendor crítico da década de 1970, Candido também aposta numa assimilação problemática dos valores modernos, não, porém, pela disjunção entre modelos ideológicos e realidade material, mas como um padrão de longo prazo ligado ao sistema de valores, à linguagem, à cultura. Essa assimilação problemática não é tomada em tom de ironização ou tragédia, como os críticos que se lhe seguem naquela década, mas como caminho para a resistência ao contexto nacional da ditadura e ao capitalismo em geral.

Nesse sentido, uma forma de desenvolver a hipótese de que os problemas enunciativos do desenvolvimento consistiriam de uma especificidade discursiva local seria apostar em uma profunda solidariedade entre, por um lado, as ambiguidades e inconsistências da tradição dita “de formação” do Brasil (no sentido de mais longo prazo em que a tomamos, partindo do “desejo” dos românticos) e, por outro, essa dificuldade no estabelecimento de valores fundamentais que Candido identifica como aspecto-chave para compreender a sociedade brasileira. Afinal, quando dizemos que os próprios parâmetros fundamentais de sociabilidade (“lícito ou ilícito, verdadeiro ou falso, moral ou imoral, justo ou injusto, esquerda ou direita política”) não se precipitam de modo estável, estamos dizendo que não se realizou aquela operação descrita por Derrida na teoria da linguagem rousseauísta, a saber: o estabelecimento de relações metafisicamente coerentes estruturadas a partir de um ponto cego problemático.

Desse modo, o contraste que se verifica entre o discurso de desen-

volvimento e os conceitos de “formação discursiva” em Foucault e de “suplemento” em Derrida pode, hipoteticamente, apontar para uma diferença elementar no processo de estruturação da significação. Nem regras empiricamente descritíveis na superfície do discurso, nem fundamento problemático dos parâmetros estruturantes: o discurso de desenvolvimento parece se organizar ao redor da permanente falha de estruturação que compromete cada um de seus enunciados, deformando-lhes o sentido. Mais do que isso: se estiver correta nossa apreensão de uma linhagem historiográfica “de formação”, culminando na “interpretação de Brasil” empreendida por Antonio Candido a partir da *Dialética da malandragem*, talvez essa diferença de estruturação do discurso possa apontar para traços característicos de longo prazo da sociedade brasileira ou, ao menos, de uma de suas mais importantes correntes intelectuais.

Referências

ARANTES, Paulo E. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otilia B. F; _____. *Sentido de formação*. Três ensaios sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 7-66.

ARAÚJO, Ricardo B. de. *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 1994.

ARRUDA, José Jobson de A. Historiografia: consciência crítica da produção histórica. In: _____. *Historiografia*. Teoria e prática. São Paulo: Alameda, 2014, p. 17-61.

ARRUDA, Maria A. N. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo social*, v. 16, n. 1. Junho de 2004, p. 107-18.

_____. A sociologia de Florestan Fernandes. *Tempo social*, v. 22, n. 1. Junho de 2010. p. 9-27.

_____. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição.

Tempo social, v. 23, n. 2. Novembro de 2011. p. 191-212.

_____. A moderna cultura latino-americana: interpretações e reconstrução. *Política & trabalho*, N. 39. Outubro de 2013. p. 159-77.

_____. *Metrópole e cultura*. São Paulo no meio do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BRADLEY, Arthur. *Derrida's Of grammatology*. An Edinburgh philosophical guide. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem: caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 8, São Paulo: USP, 1970, p. 67-89.

_____. A revolução de 1930 e a cultura. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 181-98.

_____. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 9-21.

_____. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. V. 1. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_____. Crítica e sociologia. In: _____. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006a, p. 13-25.

_____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b, p. 117-45.

_____. “A literatura é uma transfiguração da realidade”. Entrevista com Antonio Candido. *O eixo e a roda*, v. 20, n. 1. Junho de 2011. p. 156-62. Entrevista concedida a Luís Augusto Fischer.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. 2. ed. Traduzido para o português por Miriam Chnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. Traduzido para o português por Salma T. Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A arqueologia do saber*. Traduzido para o português por Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, Pedro M. O “homem cordial” e a democracia quase impossível. *Ci & Tróp.*, v. 24, n. 2, Recife. Julho-dezembro de 1996, p. 333-57.

NOBRE, Marcos. Depois da “formação”. *Revista Piauí*. Ed. 74. Nov. 2012. Disponível em: piaui.folha.uol.com.br. Acesso em: 01 fev. 2017.

_____. O que significa “pensar o país”? Um debate a propósito de *Por que o Brasil cresce pouco?*. *Revista Novos Estudos*, n. 100, São Paulo: CEBRAP. Nov. 2014. p. 97-113. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 01 fev. 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RAMASSOTE, Rodrigo M. A sociologia clandestina de Antonio Candido. *Tempo social*. Revista de sociologia da USP, v. 20. n. 1, Jun. 2008.

_____. *A vida social das formas literárias*. Crítica literária e ciências sociais no pensamento de Antonio Candido. Tese de doutoramento em Antropologia Social. 2013. Campinas: Unicamp. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br. Acesso em: 01 fev. 2017.

RÊGO, Rubem M. L. Caio Prado Jr.: sentimento do Brasil. *Revista USP*, n. 38. Junho-Agosto de 1998. p. 78-87.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. *Revista USP*, n. 38. Junho-Agosto de 1998. p. 64-77.

_____. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil*. 1983-1870. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. A ambígua relação entre o romantismo e a “civilização” no Brasil e na Argentina. In: FERES JR., João; JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos conceitos*. Diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola,

IUPERJ, 2007. p. 267-79.

_____. Caio Prado Jr. como intérprete do Brasil. *Sinais sociais*, v. 7, n. 19, Rio de Janeiro. Maio-ago. 2012. p. 14-39.

SCHWARCZ, Lilia M. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em *Novo Mundo nos trópicos. Mal-estar na cultura*. Abril-Novembro de 2010. Pós-Graduação em Filosofia, IFCH, UFRGS. p. 1-32. Disponível em: www.ufrgs.br. Acesso em: 01 fev. 2017.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, da “Dialética da malandragem”. In: _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 129-55.

_____. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social no romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo social*. Rev. Sociol. USP, v. 12. n. 1, São Paulo, maio 2000, p. 69-100.

VILLARINO, L. V. *O desenvolvimento como problema simbólico — discurso e planejamento econômico dos países subdesenvolvidos nas décadas de 1950 e 1960: o projeto da CEPAL e alguns casos brasileiros*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2015, 502 páginas.

_____. A estrutura e o mercado: uma análise comparativa do Plano Trienal e do PAEG. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 2 (143), pp. 372-388, abril-junho/2016.

WAIZBORT, Leopoldo. Esquema (parcial) de Antonio Candido. *Revista Novos Estudos*. N. 64. São Paulo: CEBRAP. Nov. 2002. p. 177-88. Disponível em: novosestudos.uol.com.br. Acesso em: 01 fev. 2017.

WEGNER, Robert. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. Organização de Ricardo B. Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 335-64.

Resumo:

O artigo parte de um contraste significativo entre os resultados da análise do discurso de desenvolvimento no Brasil dos anos 1960 e o que seria de se esperar de uma abordagem foucaultiana ou derridiana. O objetivo do artigo é circunscrever esse problema em toda uma linhagem de outros discursos problemáticos que culmina no pensamento dito de “formação do Brasil”, linhagem compreendida a partir do projeto intelectual de Antonio Candido. Com base nessa circunscrição e no desenvolvimento do pensamento de Candido até a “Dialética da malandragem”, concluímos desenvolvendo a hipótese de que o contraste que tomamos como ponto de partida aponta para uma especificidade fundamental na estruturação do discurso no interior dessa linhagem intelectual.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Formação do Brasil; Antonio Candido; Análise do Discurso.

Abstract:

This paper opens with a significant contrast between the results of the analysis of the discourse of development in 1960s Brazil and what one would expected from a Foucaultian or Derridian approach. The paper aims to circumscribe this problem in a wider family of other problematic discourses culminating in the tradition called “formation of Brazil”, that we approach based on the intellectual project of Antonio Candido. By means of this circumscription, and Candido’s “Dialética da malandragem”, we conclude by developing the hypothesis that the contrast we started with points to a fundamental specificity in structuring of discourse within this intellectual tradition.

Keywords: Developmentalism; Formation of Brazil; Antonio Candido; Discourse Analysis.

Recebido para publicação em 14/11/2017.

Aceito em 14/01/2018.